

Resistência dos/as jovens da periferia urbana de Garanhuns/PE às desigualdades sociais

Resistencia de jóvenes de la periferia urbana de Garanhuns/PE
a desigualdades sociales

Resistance of young people from the urban periphery of Garanhuns/PE
to social inequalities

Roseane Amorim da Silva *
roseaneamorims@gmail.com
Jaileila de Araújo Menezes **
jaileila.araujo@gmail.com

* Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST.

<https://orcid.org/0000-0002-1454-0417>

** Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

<https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>

Resumo

No presente estudo, abordamos algumas situações de desigualdades de gênero, classe e raça, vivenciadas por jovens da periferia de Garanhuns/PE, e como esses/as jovens têm resistido a essas situações. A pesquisa foi realizada em uma escola da periferia do referido município. Participaram jovens de ambos os sexos, com idade entre 15 e 20 anos. A pesquisa foi realizada em três momentos. No primeiro, realizamos observação participante, no segundo, foram realizadas 5 oficinas com os/as jovens sobre diversos temas, e, no terceiro momento, fizemos 4 entrevistas semiestruturadas. Os resultados construídos foram analisados a partir da análise temática, considerando a interseccionalidade dos marcadores sociais referidos acima. As desigualdades de gênero constituídas pela raça e pela classe se fazem fortemente presente na vida dos/as jovens, assim como o preconceito e a discriminação racial. Os/as jovens têm compreendido que as opressões são decorrentes de uma cultura patriarcal, sexista e colonial, a que eles/as têm buscado formas de resistência.

Palavras-chave: Resistência; Desigualdades sociais; Jovens; Periferia; Interseccionalidade.

Resumen

En el presente estudio, abordamos algunas situaciones de desigualdades de género, clase y raza, vividas por jóvenes de la periferia de Garanhuns/PE, y cómo estos jóvenes han resistido estas situaciones. La investigación se realizó en una escuela de la periferia de Garanhuns/PE. Participaron jóvenes de ambos sexos, con edades comprendidas entre los 15 y los 20 años. La investigación se llevó a cabo en tres momentos. En el primero realizamos observación participante, en el segundo se realizaron 5 talleres con los jóvenes

sobre diversos temas, y en el tercer momento realizamos 4 entrevistas semiestructuradas. Los resultados construidos fueron analizados a partir del análisis temático, considerando la interseccionalidad de los marcadores sociales mencionados anteriormente. Las desigualdades de género constituidas por raza y clase están fuertemente presentes en la vida de los jóvenes, así como los prejuicios y la discriminación racial. Los jóvenes han entendido que la opresión proviene de una cultura patriarcal, sexista y colonial, frente a la cual han buscado formas de resistencia.

Palabras clave: *Resistencia; Desigualdades sociales; Joven; Periferia; Interseccionalidad.*

Abstract

In the present study, we approach some situations of gender, class and race inequalities, experienced by young people from the outskirts of Garanhuns/PE, and how these young people have resisted these situations. The research was carried out in a school on the outskirts of that municipality. Young people of both sexes, aged between 15 and 20 years, participated. The research was carried out in three moments. In the first, we carried out participant observation, in the second, 5 workshops were held with young people on various topics, and, in the third moment, we carried out 4 semi-structured interviews. The constructed results were analyzed from the thematic analysis, considering the intersectionality of the social markers mentioned above. Gender inequalities constituted by race and class are strongly present in the lives of young people, as well as prejudice and racial discrimination. Young people have understood that oppression stems from a patriarchal, sexist and colonial culture, to which they have sought forms of resistance.

Keywords: *Resistance; Social differences; Young; Periphery; Intersectionality*

Introdução

Esse estudo faz parte da pesquisa que foi realizada para construção da tese de doutorado intitulada: “*Desigualdades e Resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE*”, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Na pesquisa um dos nossos objetivos foi conhecer como os/as jovens de diferentes territórios: quilombolas/rurais e periferia/urbanos, têm resistido às situações de desigualdades sociais vivenciadas. Aqui iremos abordar algumas questões referentes aos/as jovens urbanos/as da periferia de Garanhuns/PE.

Para entendermos resistência fizemos uso do pensamento de algumas autoras e autor, como Lugones (2014), Anzaldúa (1987), bell hooks (1994), e Scott (2011), entre outros/as, que nos levaram a pensar a resistência dos/as jovens que estudamos como ações que contribuem para uma “r-existência”, os atos de questionamento, de subversão das normas, o silêncio como proteção, a afirmação de uma identidade. Ações mínimas que nem sempre parecem ser significativas nas relações de poder, mas que visibilizam as opressões e desigualdades e, de alguma forma, mexem com os sistemas de opressão.

Lugones (2014, p. 940) ao falar sobre resistência, afirma que “pensa na resistência não como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa como criativamente opositiva”. É interessante pensarmos também resistência a partir deste olhar, pois nos ajuda a compreender as ações e a luta dos/as jovens que participaram do presente estudo: jovens da periferia urbana, que têm uma trajetória marcada por opressões e desigualdades, mas que também têm lutado por melhorias, e em alguns momentos percebemos que lutar é também buscar meios de proteção.

A resistência “é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (Lugones, 2014, p. 940).

Em um estudo com mulheres moradoras da favela Cidade de Deus, em Campo Grande, Marimón, Pimentel e Miguel (2017 conforme Silva, 2019) conheceram as histórias de resistência daquelas que, explicitam-se nas várias formas de movimentação, na luta pela sobrevivência, na busca por trabalho, na criação dos filhos e na reivindicação de moradia. Consideraram as questões de gênero, raça e classe social, na trajetória de luta e resistência das mulheres, e observaram que a maioria presente nas lutas é de negras e pobres, e muitas falaram do desejo de um futuro melhor para os filhos, por isso estão na luta, por direitos básicos, entre eles a moradia.

Os autores e a autora mencionada acima ressaltam o que compreendem por resistência, e consideram que é uma forma de opor-se às múltiplas formas de opressão e exige diálogo nos diversos setores, gênero, raça, etnia e nacionalidade, por idade e categorias profissionais, para que possa efetivamente tomar forma. A resistência das mulheres participantes da pesquisa na favela Cidade de Deus, por sua vez, se reflete no modo como elas enxergam a vida, como algo possível de mudança e melhorias.

As ideias tecidas por James Scott (2004) também nos ajudaram a refletir sobre as resistências construídas pelos/as jovens participantes da pesquisa. Para o referido autor resistir significa deslocamento, desvio, curvatura, por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. De modo que a resistência não significa fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes.

Um trabalho de Scott que foi muito importante para pensar sobre as resistências cotidianas, foi à pesquisa com os camponeses pobres da Malásia. Entre as formas de resistência foram identificadas: corpo mole, dissimulação, falsa concordância, furto, ignorância fingida, difamação, incêndio, sabotagem (Scott, 2011). A aparente paz que circunda a dominação social, dada à ausência de desafios abertos, convive com a pressão permanente de gestos que revelam uma subversão das regras e das hierarquias constituídas. Em contraste com as formas canônicas de ação coletiva dos dominados, a resistência cotidiana ou incidental não requer coordenação interpessoal e, muitas vezes, representa uma forma imediata de obtenção de um benefício, seja pelo acesso a um bem material, seja pela evasão de uma obrigação. Evita-se qualquer tipo

de confrontação simbólica, não apenas porque os atos de resistência tendem a permanecer dissimulados, sem que seus autores sejam identificados, mas também, e sobretudo, porque eles não são acompanhados de um contradiscurso (Miguel, 2018).

Existem críticas à resistência cotidiana, vista como frágil, de uma fragilidade que expõe, em si mesma, a assimetria de recursos de poder engendrada pela própria dominação. Scott reconhece esse fato, embora argumente que dele não deriva a conclusão de que são ações irrelevantes. Além do efeito imediato na sobrevivência, no bem-estar dos que as praticam, elas podem ter efeitos cumulativos a longo ou curto prazo (Miguel, 2018).

As práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados historicamente vêm alimentando, desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, imaginários descoloniais e práticas descoloniais (Maldonado-Torres, 2008). A descolonialidade é resistir/r-existir à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade como processos globais, por meio basicamente de estratégias de descolonização epistêmica. A resistência descolonial tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como r-existência do que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais e geográficos. A ideia de resistência descolonial como r-existência também foi abordada por Grosfoguel e Mignolo (2008, p. 34, trad. nossa) “quando dizemos ‘descolonialidade’ queremos dizer o terceiro termo do complexo modernidade/colonialidade/decolonialidade, queremos dizer de um tipo de atividade (pensamento, giro, escolha), de confronto com a retórica da modernidade e da lógica da colonialidade”.

Abdias do Nascimento criou o conceito de “quilombismo para se referir às lutas de resistência em circunstâncias em que o racismo e sexismo construíram uma fronteira entre humanidade e infra-humanidade” (Bernardino-Costa, 2015, p. 154). O quilombismo resultou da exigência vital da população negra em resgatar sua liberdade e dignidade. Esse termo é também uma metáfora para se referir tanto aos quilombos stricto sensu como às organizações permitidas e toleradas na sociedade nacional, tais como: irmandades, confrarias, escolas de samba, terreiros, organizações políticas negras, entre outras (Bernardino-Costa, 2015).

Nestes espaços culturais e políticos, luta-se não apenas pela obtenção de pequenas reivindicações, mas pela possibilidade de construir um novo modelo civilizatório, que supere as distinções classistas, racistas e sexistas entre humanidade e infra-humanidade. Em outras palavras, no interior destes espaços político-culturais, tem-se tanto um movimento de resistência como um movimento de recriação de valores, denominado de reexistência. Estes movimentos são efetivamente movimentos descoloniais, pois objetivam superar o padrão de poder constitutivo da modernidade/colonialidade, que não somente criou raças novas, mas as associou a determinadas posições e funções (Bernardino-Costa, 2015).

Assim estamos considerando como resistência as ações que contribuem para a r-existência, os atos de questionamento, de indignação, de busca por mudança, de subversão das normas e regras que oprimem e subalternizam os sujeitos, mas também a denúncia de formas de violência, discriminação e opressão, o silêncio, o afastamento de algumas situações que ocasionam risco a vida para se protegerem, a aceitação do corpo, do cabelo crespo, enrolado, a afirmação enquanto negro/a.

Importante também abordarmos como estamos compreendendo a noção de juventude e de periferia. Partimos do pressuposto de que não é possível atribuímos uma única definição para os/as jovens, é importante construirmos um conhecimento contextualizado considerando o pluralismo que os/as constituem. Concordamos com Birman (2006) que estudar a categoria juventude é um campo complexo, pois pressupõe, no seu interior, uma multiplicidade de temas possíveis, que poderiam ser inscritos no seu âmbito. Mas, na impossibilidade de trabalhar com todos os temas, é preciso realizar recortes e delinear algumas problemáticas. Assim, nos interessou pensar sobre algumas especificidades relacionadas a intersecção de gênero, classe, raça/etnia, geração e sexualidade no que se refere à juventude urbana da periferia de Garanhuns/PE.

Compreendemos juventude e adolescência como momentos biográficos social e culturalmente delimitados, mas vividos de modo específico conforme o atravessamento dos sujeitos por marcadores de diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, classe social, orientação sexual, entre outros aspectos que instituem diferenças, conformam identidades e instauram desigualdades – a partir de hierarquizações socialmente construídas. (Brabo, Silva, & Maciel, 2000). No presente estudo, os/as participantes foram

considerados sujeitos políticos constituídos a partir dos efeitos que os sistemas de opressão produzem nos/as mesmos/as. Em nossas reflexões, os/as posicionamos como jovens, visto ser esse o termo usado pelos/as próprios participantes. Os mesmos/as não fizeram referência à adolescência, seja nas oficinas ou nas entrevistas, colocavam-se como jovens, e, se assim se percebem, usar esse termo é um modo também de visibilizar as experiências que os/as constituem.

A designação dos/das jovens como moradores de territórios periféricos está em consonância com a discussão empreendida por Moreira (2016) sobre aspectos geográficos e sociais que identificam estes territórios. Enquanto o primeiro aspecto refere o que se localiza ao redor das centralidades, a dimensão social qualifica os lugares que não possuem os mesmos recursos que as demais regiões urbanas de uma cidade, o que chama atenção para uma distribuição territorial das desigualdades sociais.

Rosa (2009) chama atenção que a noção de uma periferia uniforme - ocupada por um grupo socialmente homogêneo, os pobres, marcada pela ausência de equipamentos e serviços urbanos - vem sendo sistematicamente contraposta, a começar pela concepção de periferia como “território sem Estado”. Nas duas últimas décadas, houve um investimento público nas áreas periféricas, especialmente em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, o que teria sido acompanhado por uma leve melhoria dos indicadores sociais dessas áreas. Tais investimentos, na atual conjuntura política de nosso país, estão severamente comprometidos, a exemplo da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos que alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal, a extinção do Ministério das Mulheres, bem como da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em 2017, entre outras mudanças que têm gerado consequências de diversas ordens.

Considerando a coexistência de distintas pobreza urbanas em nosso país, passaremos agora a abordar o *modus operandi* de nossa pesquisa com jovens da periferia de Garanhuns.

Metodologia

A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo e ocorreu em uma escola localizada na periferia de Garanhuns. Em atenção ao princípio ético de sigilo, o nome da instituição não será divulgado. O município faz parte da Mesorregião do Agreste Pernambucano, que dista cerca de 230 km da capital, Recife, e possui 138.642 habitantes, dados previstos pelo IBGE sobre a população em 2017. A cidade é datada do século XVII, sendo contemporânea às guerrilhas dos escravos fugidos para o Quilombo formando fazendas e sítios. Atualmente o município destaca-se também no setor cultural com a realização de grandes eventos, como o Festival de Inverno de Garanhuns - FIG, que atrai turistas de várias localidades do Brasil. O setor educacional também tem se expandido na região e atraído jovens e adultos de outras localidades que lá passam a residir para cursarem suas graduações.

Participaram da pesquisa jovens de ambos os sexos na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, moradores/as da periferia na área urbana do município de Garanhuns/PE. A pesquisa aconteceu em três etapas, e usamos diferentes métodos para realizar cada uma dessas. Na primeira etapa realizamos observação participante na periferia urbana. Iniciamos nossas observações em uma escola de grande porte que recebe estudantes de diferentes localidades da região. Todos os dias de segunda a sexta, durante um período de três meses, íamos a escola e ficávamos observando e conversando com os/as profissionais e estudantes. Na maioria do tempo ficávamos próximas ao refeitório, lugar estratégico, pois dava para observar o pátio, o refeitório e as pessoas que transitavam por lá. Todas as observações e conversas realizadas foram registradas no diário de campo.

Na segunda etapa da pesquisa realizamos uma análise do diário de campo e a partir dessa construímos oficinas sobre diferentes assuntos que haviam sido abordados pelos/as jovens no primeiro momento da pesquisa: preconceito racial, homofobia e lesbofobia, usos de álcool, entre outros. Realizamos 5 oficinas na escola. As oficinas tinham em média duração de 2h e meia e foram videogravadas. Para realização das mesmas utilizamos diferentes recursos: fotografias dos bairros da cidade, músicas, histórias criadas a partir das observações realizadas na primeira etapa, algumas técnicas de trabalho grupal, e o teatro do oprimido, que possibilitou a construção de várias informações e reflexões junto aos/as jovens.

Na terceira etapa a partir de uma primeira análise das oficinas elencamos alguns assuntos que consideramos importante aprofundar nas entrevistas semiestruturadas para uma melhor compreensão das situações juvenis. Assim, realizamos 4 entrevistas com os/as jovens na periferia urbana, duas foram realizadas na escola, as outras em uma praça localizada no mesmo bairro. Participaram duas jovens estudantes que haviam participado da oficina e dois jovens que não haviam participado e não estudavam na escola, mas foram indicados por amigos/as que estudavam.

Como princípio organizador do material para análise das informações construídas nas três etapas, buscamos subsídios na análise de conteúdo temática. Nesse tipo de análise, o foco é o tema e suas possíveis relações, esse pode ser expresso em uma palavra, frase, resumo. O tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1979, p. 105). Após a organização do material, a análise foi direcionada às questões de desigualdades e resistência vivenciadas por jovens da periferia urbana. A construção de cada tópico analítico se deu a partir da interseccionalidade, sendo em cada tópico destacado o marcador de maior relevância para a articulação entre os demais. De acordo com as experiências juvenis e os contextos em que são vivenciadas, estabelecemos os seguintes tópicos de análise: jovens e o contexto de desigualdades sociais e resistência; situações de preconceito e discriminação racial.

Importante abordarmos aqui a interseccionalidade como perspectiva que nos baseamos para a construção de todo o estudo. Autoras como Crenshaw (2002), Lugones, (2014), Collins, (2015) fazem uso da interseccionalidade para afirmarem que os marcadores sociais raça/etnia, gênero, classe, território, geração e sexualidade produzem opressões e desigualdades de forma articulada, que geram efeitos nas vivências dos/as sujeitos.

Kyrillos (2020, p. 1) ressalta que a interseccionalidade pode ser entendida “como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea”. Com o uso dessa perspectiva teórico-metodológica os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem a uma mera adição de discriminações, mas sim, a complexidade do cruzamento de processos discriminatórios. Com o uso da interseccionalidade é possível observarmos também que os mesmos marcadores sociais que produzem desigualdades e opressões, podem levar a luta, a resistência aos sistemas de poder. (Queiroz, Cabecinhas, & Cerqueira, 2000).

Interseccionalidade é, portanto, “uma abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organizações sociais que moldam as experiências das mulheres [homens negros] negras e, por sua vez, são formadas por elas” (Collins, 2019, p. 460). Embora tenhamos aberto parênteses na citação de Collins para nos referirmos aos homens negros, sabemos das diferenças de gênero que perpassam as experiências raciais desiguais entre eles e as mulheres negras.

Akotirene (2019, p. 95) chama atenção para o fato de que “articular raça, classe e gênero nem sempre revela preocupação com parcelas oprimidas, existem setores ágeis em tirar lucro político e simbólico das engrenagens identitárias”. E para que isso não aconteça ela lembra a crítica que Ângela Davis faz ao tom neoliberal da interseccionalidade concentrada no indivíduo e que acaba por retirar do Estado suas devidas responsabilidades. Com isso alerta para pensarmos a intersecção dos marcadores sociais em níveis micro e macro sociopolíticos.

As situações que abordamos abaixo estão relacionadas às reflexões dos/as jovens, juntos/as conosco, sobre as possibilidades de resistências as desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade vivenciadas pelos/as mesmos/as.

Resultados e discussão

Jovens da periferia urbana: situações de desigualdades e resistência

Os/as jovens que fizeram parte do presente estudo, a maioria negros/as, eram estudantes, alguns/mas haviam terminado o ensino médio, mas frequentavam a escola e alegavam que era melhor ir lá ver

os amigos do que ficar em casa, já que não estavam trabalhando e nem estudando. Com isso refletimos sobre o papel social da escola, pois na ausência de outros equipamentos de formação e/ou lazer na periferia, essa tem uma importante função de sociabilidade para os/as jovens.

Os/as jovens terminam o Ensino médio, mas poucos conseguem ingressar em uma Universidade, poucos conseguem um emprego. E o que resta para muitos? O que eles/as encontram nas ruas é a violência, o preconceito e a discriminação devido a cor da pele, a classe social, o lugar de moradia, por serem da periferia são vistos como ameaças em alguns lugares de circulação pública, principalmente no comércio. A interseccionalidade complexifica nossa leitura dessa situação de modo a considerarmos as marcas do racismo, do capitalismo e do heteropatriarcado. Assim, “Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos” (Akotirene, 2019, p. 43). Ver esses/as jovens frequentando a escola, mesmo após terminarem os estudos básicos formais, é algo importante que deveria ser potencializado com projetos para os egressos das instituições, ofertas de cursos de curta duração, de preparação para o Enem, entre outros.

Em uma das oficinas, trabalhamos com uma adaptação do teatro do oprimido em que os/as jovens construíram situações com base no que havia sido realizado na oficina anterior. Levamos a transcrição dessa oficina e eles/as em pequenos grupos, escolheram o que gostariam de encenar. Uma das cenas foi sobre um homem que sai para o bar com os amigos e recusa-se a levar a esposa que gostaria de ir junto. Construíram como desfechos possíveis: a esposa indo ao bar à procura do marido, e em um segundo momento, o homem ficando em casa com a esposa, mas não houve negociação possível para irem os dois juntos ao bar, pois “o bar tá cheio de homem, não é lugar de mulher direita”. O que nos chamou atenção também foi o modo agressivo como eles/as proferiam os diálogos e como isso parecia ser natural. A seguir apresentaremos um trecho da encenação:

Betina: *Vai onde, amor?*

Caleb: *Vou ali no bar (falou de forma agressiva)*

Betina: *Eu vou mais você.*

Caleb: *Não, fica aí, que não tem o que você ver lá.*

Betina: *Mas você não vai? Eu posso ir com você. (falou de forma agressiva)*

Caleb: *Pode não, pode ficar em casa, lugar de mulher é em casa. Tu vai fazer o quê no meio de um monte de macho? Eu vou tomar uma cervejinha, só uma cervejinha, senta aí que eu vou embora e mais tarde eu chego, não vai ter ninguém de mulher lá, só vai ter tu. (falou de forma bem agressiva).*

(5ª oficina realizada na área urbana)

Percebemos que tanto o que era falado, quanto à forma como era falado, não dizia apenas da criação de um personagem para encenação. Em um determinado momento, eu e a co-facilitadora, questionamos essa agressividade, ao que eles responderam que presenciavam tais cenas com pessoas da família - mães, madrastas, vizinhos/as - e consideram os atos de violência como solução para os problemas.

Caleb: *Eu sempre vejo a vizinha lá de casa, porque lá próximo tem um bar; aí ele tem esse costume de ir pra lá, aí a mulher ia buscar ele, e era tanto cacete, ela dá nele e no instante resolve.*

Betina: *Minha mãe também fazia isso, porque minha mãe é muito ignorante, ela já chegava no bar brigando com meu pai.*

Caleb: Minha madrasta também vai atrás do meu pai, e é briga lá no bar. A gente tem que dizer pra ele ir pra casa, porque se não, a coisa é feia.

(5ª oficina realizada na área urbana)

Nos relatos acima, podemos observar que o contexto vivenciado por esses/as jovens tem implicações em seus processos de subjetivação, sendo comum entre ele/as a reprodução de posturas e atitudes agressivas. Destacamos, em vários momentos, o quanto às situações de agressão e violências de diversos tipos são naturalizadas e consideradas normais. Mas cabe refletirmos também sobre a postura dessas mulheres referidas nos discursos, o que é de fato violência e o que é uma reação daquele/a que sofre as consequências dos sistemas de opressão. As mulheres de modo geral e, sobretudo, as negras sempre sofreram as consequências violentas da sociedade patriarcal. As relações de gênero sempre foram desiguais, nas relações de trabalho, no acesso aos espaços públicos, nas práticas de lazer, no âmbito doméstico. E aqui estamos compreendendo que gênero é constituído por raça, sendo assim a reação “agressiva” dessas mulheres pobres e negras pode ser a forma que encontraram para se protegerem das diversas formas de subalternidade que as violências simbólicas e materiais lhes impõe. A interseccionalidade reconhece a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, o que expõe mulheres negras, mais que outros grupos, aos trânsitos dessas estruturas (Akotirene, 2019).

Viana (2019) a partir dos estudos de feministas decoloniais (Lugones, 2014; Colins, 2015) ressalta que a opressão de gênero preexistente na cultura do colonizador atinge principalmente a mulher branca, já que as mulheres de cor, pela condição de não brancas, sequer seriam consideradas humanas. Além disso, denunciam a lógica eurocêntrica presente no próprio feminismo “branco”, ao trabalhar com conceitos universalizantes que corresponderiam exclusivamente à mulher branca, heterossexual, classe média, tornando completamente invisíveis pautas sensíveis àquelas que fugissem a esse padrão.

Esses/as jovens participantes do presente estudo e suas famílias vivem toda a sorte de violência por parte de um sistema/Estado que está organizado para normatizar, classificar e homogeneizar as experiências. Esses/as, perante o sistema branco-ocidental (que se pressupõe hegemônico/ sem fronteiras/colonizador), são elimináveis. Sobre essas questões, Bento (2018) abordou o conceito de necrobiopoder que seria a relação entre biopoder – “fazer viver, deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 285) e o necropoder – política de morte (Mbembe, 2011) para fazer referência a um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. E quem são esses corpos? Os/as negros/as, sobretudo os/as jovens negros/as que são deixados à própria sorte, e sofrem as consequências das desigualdades sociais impostas pelo Estado.

Situações de preconceito e discriminação racial

Em relação as situações de preconceito e discriminação racial, os/as jovens participantes das oficinas construíram a história de um jovem negro, que estava em busca de um emprego em uma loja famosa. O mesmo tinha um currículo qualificado, mas não conseguiu o emprego por ser negro. A loja deu preferência a uma jovem branca, mesmo esta não tendo as qualificações para o cargo. Essa história foi construída pelos/as participantes da oficina, mas eles/as não conseguiram criar um desfecho para finalizá-la, ficaram pensando e diziam que não sabiam o que poderiam fazer, como poderia terminar a história, alguns/mas falaram sobre denúncia e outros/as em uma solução bem precária, o jovem ir em busca de outro emprego, o que não resolve a situação da discriminação racial:

Apolo: Pode denunciar o crime de racismo.

Caleb: *É... tem que denunciar.*

Roseane: *Fora a denúncia como pode terminar essa história?*

Brenda: *Ele indo em frente procurar outro emprego.*

Agatha: *É, ele indo em outra loja que não é racista e conseguindo o emprego.*

(5ª oficina realizada na área urbana)

Por mais que alguns ainda tenham se referido à denúncia, nesse sentido de que não se pode calar diante de uma situação de discriminação racial, isto foi muito no sentido também de que eles/as não viam outra solução sobre o que poderia ser feito. A dificuldade em encontrar um desfecho para a história reflete o quão complexas são as situações de racismo, inclusive para que o jovem da encenação realizasse a denúncia, porque, na prática, ninguém iria dizer diretamente que ele não seria contratado por ser negro. As discriminações acontecem através de ações sutis. Os/as próprios jovens consideraram ser uma questão complexa de ser resolvida. O racismo acontece há anos e muitas vezes de modo mascarado, a exemplo das “piadinhas”, conforme podemos ver no relato a seguir:

Benjamim: *Essas piadinhas que vai passando de pai pra filho, piadinha de negro, piadinha de índio. O índio é preguiçoso, essas piadinhas é que vai mantendo o preconceito e fazendo com que ele se mantenha de gerações, vão crescendo com ele por conta disso.*

Valentina: *Mas acontece muito isso, porque muitas vezes é a gente mesmo se fecha para as diferentes formas de preconceito. Às vezes, a gente pensa que o preconceito é quando você diz alguma coisa a outra pessoa, e ela é violentada fisicamente ou ela ficou chorando, mas, às vezes, você sofre preconceito e disfarça muito bem, e esse constrangimento é cada vez mais prejudicial ao jovem. Porque, na juventude, adolescência, a gente fica cada vez mais com confusão na cabeça, e a gente só fica assim cada vez mais assim vulnerável. Por isso que a gente não pode se calar diante das situações de preconceito, tem que falar, denunciar.*

(2ª oficina realizada na área urbana)

Na fala de Benjamim podemos perceber as marcas do sistema colonial que reproduz os estigmas e preconceitos. Sobre essa questão das piadas, Kilomba (2019, p. 135) aborda que “piadas racistas têm a função sádica de provocar prazer a partir da dor infligida e da humilhação da/o ‘Outro/a’ racial, dando-lhe um senso de perda em relação ao sujeito branco”. Esse senso de perda reforça a superioridade branca e a ideia do lugar subordinado dos/as negros/as, por isso alguns dos/as estudantes como os/as que trouxeram os relatos acima, afirmaram que não concordam com essas piadas, que as pessoas têm de parar de realizá-las.

Corroborando com as ideias de Grada Kilomba (2019), Moreira (2019, p. 84) ressalta que “o humor racista não é apenas um meio de divulgação de estigmas referentes a membros de minorias raciais. ...tem o propósito de afirmar a ideia de que os membros do grupo racial dominante são os únicos atores sociais merecedores de respeito”. Esse tipo de humor é chamado de racismo recreativo, conceito que designa “o desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos” (Moreira, 2019, p. 31). Podemos observar na reflexão de Moreira que o racismo compromete o status cultural e material, e para os/as jovens das classes menos favorecidas economicamente, onde se encontra a maioria da população negra, o racismo interseccionado com a classe pode contribuir para a reprodução do ciclo das desigualdades sociais.

Na escola observamos que essas piadas acontecem também em relação aos cabelos, sobretudo das jovens que têm os cabelos crespos, grossos, cacheados. Uma das alunas relatou que a primeira vez que foi a escola sem passar a chapinha nos cabelos sofreu muito com os risos e as piadas dos colegas, mas que

hoje usa o cabelo como ele é, natural, e não se importa com o que dizem, pois, mesmo tendo revidado as afrontas, as piadas não deixaram de acontecer.

Ao fazer referência aos grupos minoritários e denominá-los de subalternos, Spivak (2003) afirma que o subalterno não pode falar, pois, se o fizer, já não é. Quando a autora faz essa afirmação, compreendemos que a mesma utiliza a fala no sentido de que o processo de falar exige necessariamente um falante e um ouvinte, de modo dialógico. A ausência do ouvinte ocasiona o silenciamento. No relato sobre as piadas relacionadas ao cabelo, podemos observar que a jovem questiona, revida as ofensas recebidas, mas essas continuam acontecendo. E no discurso acima, a jovem Valentina diz: “*a gente não pode se calar diante das situações de preconceito, tem que falar, denunciar*”. Com isso, ficamos refletindo sobre quais as possibilidades que os/as jovens da periferia têm de serem ouvidos/as? Quem os/as escuta? Em quais lugares? Ao mesmo tempo em que consideramos que refletir sobre a importância de não se calar diante de situações de opressão e desigualdades é o caminho para criar formas de resistência. E alguns/mas jovens têm feito isso por meio da arte, da música, da literatura, pois em algumas situações, as opressões de raça, classe e gênero podem ser mobilizadoras para o estabelecimento de uma solidariedade política na busca por mudança.

Em um estudo realizado por Brunet (2012) com jovens moradores das vilas do bairro Cristal, no Rio Grande do Sul, destacou-se o importante papel da música na formação de identidade da juventude da periferia, um incentivo na busca de alternativas frente às desigualdades sociais que enfrentam. Muitos jovens criaram uma identidade musical e através dela encontraram um meio para falarem de seus problemas, dificuldades para serem ouvidos e ressignificaram a relação com a rua através da participação em projetos sociais que envolvem música. Os/as jovens de nosso estudo não estavam vinculados à grupos específicos de música - em ONGs e nas comunidades que vivem - mas fizeram referência a jovens amigos/as que compõem raps, funks e afirmaram gostar muito da linguagem musical. Alguns aprenderam a tocar instrumentos e informaram também escrever músicas, mas não divulgavam. Destacamos o papel da escrita musical como forma que encontraram para falar sobre suas inquietações e desejos. A valorização, a superação da hierarquização dos conhecimentos, das narrativas, dos saberes, de outras maneiras de entender e intercambiar histórias e culturas, até então negadas, estigmatizadas é uma das formas de resistência à dinâmica opressora do poder (Viana, 2019).

Spivak (2003) chamou de “consciência subalterna” o movimento da pessoa que sofre os efeitos das opressões e desigualdades, e está ciente desse processo. A mesma se refere ainda a uma construção coletiva da noção do lugar de subalterno e o desenvolvimento de respostas diante destas constatações. Posicionamentos como o da jovem no discurso acima, estamos chamando no presente estudo de consciência reflexiva. Fazemos uma analogia assim com as pesquisas feministas (Neves & Nogueira, 2005) que ressaltam que reflexividade é o/a movimento do/a pesquisador/a pensar sua implicação na construção do conhecimento, sua localização no mundo. Consideramos os/as jovens participantes do presente estudo como sujeitos políticos constituídos a partir dos sistemas de gênero, classe, raça, sexualidade, território e geração que produzem desigualdades nas biografias dos/as mesmos/as, mas também que podem os impulsionar a questionar, discordar, revoltar-se e criar formas de resistir às opressões ocasionadas por esses sistemas. A esse movimento dos/as jovens estamos entendendo como consciência reflexiva que os impulsiona a lutar. Mas cientes, e concordando com Freire (1982) que lutando também acontece à conscientização, a transformação.

Ressaltamos também a importância de uma prática educativa em relação a essas situações de preconceito e discriminação, a judicialização, a denúncia é importante, mas se existirem práticas que discutam essas questões junto aos/as jovens sobre o surgimento, as consequências do preconceito e a discriminação racial, as expressividades culturais de origem negra, a justiça poderá ser o último meio a ser procurado. Uma das jovens fez referência a uma intervenção de uma professora por via do discurso:

Aiane: Teve um negócio aqui com pessoal do terceiro ano, que eu não sei se vocês se lembram de uma professora que tem o cabelo black power, aí eu não lembro que foi

que ela fez, mas eu acho que ela ia usar uma sala daqui. A menina disse assim: É o cabelo de luar. Ela escutou, olhou para menina e deu um discurso show na cara da menina. Ela desconstruiu todinha a opinião da menina[sobre a ideia de cabelo ruim], também foi o único caso, por conta desse lacre que ela deu na menina.
(2ª oficina realizada na área urbana)

O cabelo tornou-se uma poderosa marca da servidão durante a escravidão, um símbolo de primitividade, desordem, inferioridade e não-civilização. Classificado como cabelo ruim, os/as negros/as eram/são pressionados/as a alisarem seus cabelos com produtos químicos, pentes quentes e chapinhas, o que é considerado uma forma de apagamento da negritude. Desse modo o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política que transmite a mensagem de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial (Kilomba, 2019). Compreendemos que a raça é constituída também por gênero, e é importante lembrar o quanto as mulheres negras são oprimidas em diversos setores e o cabelo é um deles, a pressão para que alisem e prendam seus cabelos é cruel. Mas, Gomes (2017) nos lembra sobre a tensão que existe entre a regulação-emancipação do corpo negro. Cada vez mais, os corpos negros têm se afirmado no espaço público sem cair na exotização e na folclorização. Os cabelos crespos, os penteados afros, as roupas e formas de vestir têm construído uma política da estética e da beleza negra.

Ainda sobre essa questão do cabelo natural como resistência, *bell hooks* (2005, p. 5) fala sobre seu posicionamento:

Existem momentos em que penso em alisar o meu cabelo só por capricho, aí me lembro que, mesmo que esse gesto pudesse ser simplesmente festivo para mim, uma expressão individual de desejo, eu sei que gesto semelhante traria outras implicações que fogem ao meu controle. A realidade é que o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é incutida nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras de que não somos aceitas como somos porque não somos belas. Fazer esse gesto como uma expressão de liberdade e opção individual me faria cúmplice de uma política de dominação que nos fere. É fácil renunciar a essa liberdade. É mais importante que as mulheres façam resistência ao racismo e ao sexismo que se dissemina pelos meios de comunicação, e tratem para que todo aspecto da nossa autorepresentação seja uma feroz resistência, uma celebração radical de nossa condição e nosso respeito por nós mesmas.

Importante observarmos a partir das reflexões de *bell hooks*, que se por um lado, deixar o cabelo natural, crespo, é um modo de aceitação e resistência a uma cultura eurocêntrica e machista, por outro, de alguma forma, continua a controlar as mulheres, pois a liberdade para usar o cabelo como quiser, crespo, cacheado, alisado é comprometida por esse mesmo sistema de poder que diz que cabelo crespo é ruim, é feio.

Assumir-se como uma mulher negra é uma atitude, sobretudo política, principalmente em uma sociedade em que o branqueamento ainda se coloca como um ideal, que ser branco constitui um privilégio, e a mestiçagem fragmenta a identidade étnico-racial na medida em que os mestiços tentam se aproximar mais de uma brancura inatingível do que de uma negritude que seja explicitamente assumida no seio das relações raciais do Brasil (Munanga, 2004). Podemos observar acima que tanto a estudante quanto a professora negra assumiram o cabelo crespo, assumiram a negritude e com todo potencial de autoafirmação racial podem lutar por alguns direitos que há anos foram negados aos/as negro/as. Aqui podemos falar sobre resistência decolonial, por meio da luta, do resgate e valorização da cultura dos grupos subalternizados pela lógica colonial (Viana, 2019).

Outra situação abordada foi à discriminação contra os/as jovens negros/as e homossexuais/lésbicas. Buscamos saber como isso pode ser enfrentado, o que eles/as têm feito:

Agnes: É muito difícil porque deveria começar pela direção do colégio, e é o que não faz.

Valentina: A nossa parte a gente faz, quando a gente ver isso acontecendo aqui, a gente fala que aqui a gente não aceita, tenta conversar e explicar que determinado tipo de brincadeira não deve ser feita.

Agatha: Porque os professores, as autoridades são os que mais têm preconceito aqui, aí é difícil.

Betina: Ao invés de fazer palestra, de falar mais sobre isso, não. É preconceito.

(3ª oficina realizada na área urbana)

Observamos acima que os/as jovens não concordam com as atitudes preconceituosas dos/as professores/as da escola e veem no diálogo, na realização de palestras, meios que podem contribuir para a mudança de comportamentos na escola de alunos/as que agem de forma preconceituosa e discriminatória. E algumas das estudantes têm tido essa prática de conversar e não aceitar essas situações, pois da mesma forma que, muitas vezes, o racismo se expressa através de “brincadeiras” que são dolorosas e deixam marcas de sofrimento em quem as recebe, na homofobia e lesbofobia acontece o mesmo.

Os/as jovens relataram também o caso de um estudante da escola, negro e homossexual, que cometeu suicídio na residência de um amigo no período em que estávamos realizando a pesquisa. Segundo os/as mesmos/as, ele não era aceito pela família e também sofria discriminação na escola, sobretudo por ser homossexual. Aqui podemos perceber a interseccionalidade dos marcadores sociais: raça e orientação sexual - em um país racista e heteropatriarcal - no contexto de uma cidade do interior nordestino produziram um sofrimento psíquico insuportável para o jovem vitimado por diversas violências. A interseccionalidade dos marcadores sociais, nesse sentido, elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam o ser vulnerável, e sugere a importância de investigarmos “contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações interseccionais” (Akotirene, 2019, p. 59).

Os estudos decoloniais reforçam a importância da articulação de grupos identitários historicamente subalternizados, na busca de estratégias de resistência e na troca de experiências que favoreçam o desmonte de uma estrutura que é a responsável pela opressão de todos eles. Educação, proteção, inclusão e autonomia são diretrizes que podem garantir que negros/as, homossexuais, lésbicas e transexuais deixem de ser alvo de ataques e se transformem em cidadãos com direitos plenos.

Se todos sofrem as consequências da atual política nacional de descaso, os ainda mais prejudicados são aqueles que, além de se identificarem como parte do grupo [LGBT], encontram-se em situação de vulnerabilidade por outros fatores, como a pobreza, a origem racial, a falta de acesso à educação ou as necessidades especiais. (Schwarcz, 2019, p. 205).

Em entrevista, uma jovem negra relatou alguns problemas que permeiam o cotidiano da juventude periférica, tais como violência, pobreza, o desemprego, só para citar alguns. Quando questionada sobre qual (is) dificuldades impedem a realização de seus objetivos de vida, ela respondeu:

Valentina: Eu acho que a falta de um trabalho certo é a maior dificuldade que eu tenho enfrentado.

Roseane: *Ter um trabalho ajudaria você alcançar seus objetivos, é isso?*

Valentina: *Acho que sim.*

Roseane: *E o que você tem feito para isso?*

Valentina: *Estou estudando [silêncio], estudando e acreditando em mim. (18 anos, jovem da periferia)*

Outros/as jovens negros/as, também se referiram aos estudos como meio para terem uma melhor qualidade de vida, para conseguirem realizar alguns planos. Como podemos ver a seguir:

Roseane: *Diante dessas situações que você falou, essas dificuldades que você e outros/as jovens têm enfrentado, o que você acha que pode ser feito para melhorar essas situações?*

Amora: *Eu tô estudando, quero fazer uma faculdade para realizar meus objetivos. E acho que eu só vou conseguir se for assim. (17 anos, jovem da periferia)*

Os/as jovens vivem em contextos em que as situações de violência e desigualdades de diversas ordens se fazem presentes, e isto têm implicações nos modos de viver a juventude, mas alguns/mas têm considerado a escolarização um meio de lidar com essas dificuldades e de construir seus projetos de vida. Não podemos esquecer que as instituições escolares são desiguais, o que pode atuar como fator de reprodução das desigualdades já existentes entre sujeitos de diferentes classes e raças/etnias. Mas a depender do contexto, a interseccionalidade pode não somente enfatizar uma dimensão negativa de opressão, como também ser utilizada para pensar a emancipação e a mobilização política (Brah, 2006). Assim é que consideramos que o processo de escolarização pode favorecer a ruptura das desigualdades sociais existentes, ao contribuir para uma mudança nas situações opressoras. Rose (2011) aborda que aquilo que subjetiva um humano não é o resultado daquilo que é, ou do que os transformaram, mas sim, o que os subjetivará será aquilo que eles são capazes de fazer, em vez do que eles são,

os seres humanos são capacitados na medida em que passam a se considerar de modos específicos: se entender, se expressar, atuar e julgar-se em função das maneiras pelas quais suas forças, energias, propriedades e ontologias são constituídas e modeladas ao serem conectadas, utilizadas, inscritas e atravessadas por várias composições. (p. 238).

É no cruzamento dessas forças, que os sujeitos vão se subjetivando e transformam-se, à medida que expandem suas conexões. Estamos entendendo subjetividade aqui como emergência histórica de processos, não determinados pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, urbanos, rurais, entre outros, que participam de sua constituição e de seu funcionamento. Não estamos considerando a causalidade entre esses processos, mas a noção de concomitância, de coprodução de uma singularidade (Ferreira-Neto, 2011). Assim, observamos a coprodução dos processos de gênero, classe, raça, e território no modo de enfrentamento das situações de desigualdades vivenciadas.

Considerações finais

As desigualdades de gênero constituídas pela raça e classe se fazem fortemente presente na vida dos/as jovens, mas algumas jovens têm compreendido que alguns comportamentos que são exigidos das mesmas, são decorrentes de uma cultura patriarcal e sexista com as quais elas não concordam e afirmam

que não se submetem a essa lógica. Ainda que sejam encontradas muitas mulheres que são vítimas dos efeitos do machismo e que encontram pouca solidariedade de outras, como soubemos das situações das que sofreram violência contra a mulher perpetradas por seus companheiros. Não podemos esquecer o que Lugones (2014) enfatiza sobre a importância de contestar as formas de dominação, para que assim sejam oportunizadas construções epistemológicas em que mulheres que estão no entre lugar, nas fronteiras, que vivem múltiplas opressões, possam ter outras oportunidades de construir suas histórias.

Pensar na denúncia e na violência como meios para resolver situações de discriminação e de preconceito, assim como também a violência contra as mulheres foi algo comum entre os/as jovens, quando os/as mesmos/as também tinham dificuldade em falar sobre um meio para lidar com as problemáticas vivenciadas se referiam, sobretudo à judicialização. E por mais que estejamos entendendo a denúncia aqui como não se calar, como a busca por justiça, ficamos refletindo sobre as diversas situações em que eles/as não visualizaram outros meios como possibilidade. E quando observamos o contexto que muitos/as dos/as participantes desse estudo fazem parte, vimos que é marcado por situações de violência de diversas ordens, presentes em suas vivências.

Concordamos com Bernardino-Costa (2015, p. 160) que a luta política envolve também um “projeto decolonial de reexistência que supere a formação colonial e sua estrutura social em prol de um novo humanismo, no qual as diferenciações de gênero, raça e classe não atuem criando infra-humanidade”, mas possam ser vistas como riquezas para a constituição de uma sociedade pluricultural, que é a luta de alguns/mas jovens.

A luta, o enfrentamento às situações de discriminação racial, lembrou-nos que em entrevista a *BBC Brasil*, a escritora Conceição Evaristo (Carneiro, 2018, p. 2) destacou que: “na música, na poesia, na literatura, nas religiões afro-brasileiras, em sindicatos, em associações de moradores, as vozes dos negros sempre se pronunciaram”. Sabemos o quanto essas vozes são invisibilizadas. Mas, a autora ainda destaca: “por mais que uma voz hegemônica queira comandar, a água escapole entre os dedos. Você não segura. Não retém a força da água. Então o povo também encontra maneiras de se afirmar, de falar, de dizer”. A mesma autora em outro momento abordou:

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. Produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária e certos modos de vivência religiosa são apontados como aspectos peculiares da nação brasileira, distinguindo certa africanidade reinventada no Brasil. (Evaristo, 2009, p. 18)

As palavras de Conceição Evaristo, assim como os discursos dos/as jovens que abordamos no presente estudo, remete-nos à resistência enquanto fronteira proposta pela Anzaldúa (1987), que diz de experiências que causam dor no processo de constituição dos sujeitos, mas que podem transformar as suas próprias existências e visão de mundo.

Com nossas reflexões queremos chamar atenção para o modo como os sistemas de opressão de gênero, classe, raça, sexualidade e território produzem efeitos no processo de subjetivação desses/as jovens e o quanto essas questões precisam ser melhor discutidas nas políticas para juventude, nos setores educacionais e da saúde, contribuindo para reparação histórica das desigualdades sociais em nosso país. Destacamos também a importante função das políticas públicas na área da cultura, que podem cumprir o papel de fomentar projetos para os/as jovens que fortaleçam a cultura local e se comprometam com a luta antirracista. No âmbito da psicologia política consideramos contribuir para o debate sobre a subjetivação política juvenil, em uma perspectiva interseccional e decolonial.

Referências

- Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. Feminismos Plurais (Coordenação Djamilia Ribeiro).
- Anzaldúa, Gloria Evangelina (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinners/Aunt Lute Books.
- Bardin, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berenice, Bento (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53, e185305. Recuperado de < file:///C:/Users/Roseane/Downloads/Necrobiopoder_Quem_pode_habitar_o_Estado-nacao.pdf >
- Bernardino-Costa, Joaze (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt&format=pdf>
- Birman, Joel (2006). Tatuando o desamparo. A juventude na atualidade. In M. Cardoso & Marta Rezende (Orgs.), *Adolescentes* (pp. 25-46). São Paulo: Editora Escuta. < http://www.janehaddad.com.br/arquivos/tatuando_o_desamparo.pdf >
- Brabo, Tânia S. A. Marcelino; Silva, Matheus Estevão F., & Maciel, Talita Santana (2020). Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, 15, 1-21. e2013397, <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>
- Brah, Avtar (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376. < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf> >
- Brunet, Miguel Bonomá (2012). *Juventude e produção cultural: formas de resistência? A relação de políticas públicas de cultura com a produção cultural de jovens da periferia*. Monografia em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67246/000872785.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Carneiro, Julia Dias (2018). *É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora*. < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/03/09/e-preciso-questionar-as-regras-que-me-fizeram-ser-reconhecida-apenas-aos-71-anos-diz-escritora.htm> >
- Collins, Patricia Hill (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, 41, 1-20. <annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-soc-073014-112142>
- Collins, Patricia Hill (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos feministas*, 10(172), 171-188. < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> >

- Evaristo, Conceição (2009). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, 13(25), 17-31. < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>
- Ferreira-Neto, João Leite (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. Belo Horizonte: FAPEMIG.
- Foucault, Michel (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- Freire, Paulo (1982). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, Nilma Lino (2017). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Grosfoguel, Ramón & Mignolo, Walter (2008). Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*, 9: 29-37. < <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a03.pdf>>
- bell hooks (1994). *Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge.
- bell hooks. (2005). Alisando o nosso cabelo. *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba*. < coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html>
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias Da Plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kyrillos, Gabriela M. (2020). Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1), e56509. < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e56509.pdf>>
- Lugones, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), 320. < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>
- Maldonado-Torres, Nelson (2008). Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade e política. *Cadernos de Letras UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Mbembe, Achille (2011). *Necropolítica: seguido de sobre el gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina.
- Miguel, Luis Felipe (2018). *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo.
- Moreira, Adilson (2019). *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.
- Moreira, Jader A. Silva (2016). *Territórios e territorialidades na cidade: práticas jovens na/a partir da escola pública de periferia em Juiz de Fora/MG*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora. < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4092/1/jaderarieromdasilvamoreira.pdf>>
- Munanga, Kabengele (2004). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2005). Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Rev. Reflexão e Crítica* 18(3),408-412. < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000300015&script=sci_abstract&tlng=pt>

Queiroz, Camila C., Cabecinhas, Rosa, & Cerqueira, Carla (2020). Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”. *Equatorial*, Natal, 7(12), 1-23.

<<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/17914/12607>>

Rosa, Thaís Troncon (2009). Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In 33º Encontro Anual da Anpocs, *Anais*, GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. <https://silو.tips/download/favelas-periferias-uma-reflexao-sobre-conceitos-e-dicotomias> < Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias>

Rose, Nikolas (2011). *Inventando nossos selfs*. Rio de Janeiro: Vozes.

Schwarz, Lilia Moritz (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scott, James C. (2004). *Los Dominados e el Arte de la Resistência*: discursos ocultos. México.

Scott, James C. (2011). *Exploração normal, resistência normal*. Revista Brasileira de Ciência Política, 5, 217-243. < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009>

Silva, R. A. (2019). *Desigualdades e Resistências entre os/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Spivak, Gayatri (2003). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Viana, Gabriela J. (2019) A importância da perspectiva decolonial no combate ao racismo. In, E. Fonseca Lima et al. (Orgs), *Ensaio sobre racismo. Pensamento de Fronteira* (pp. 135-143). São Paulo: Balão editorial.

Recebido em: 22/08/2019

Aprovado em: 30/05/2020